ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816

SUJEITO E CIDADE: apontamentos sobre a restauração da cidade subjetiva*

Rogério Rodrigues
Graduado em Educação Física (Unesp) e mestre e doutor em Educação (Unicamp).
Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI
E-mail: rogerio@unifei.edu.br

> *O ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado. Com isso quero dizer que seus territórios etológicos originários – corpo, clã, aldeia, culto, corporação... – não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais. (GUATTARI, 2000, p. 169).*

Resumo
O objetivo deste ensaio busca colocar em debate o conceito contemporâneo de subjetividade, a partir de Felix Guattari (2000), o qual coloca em evidência as dificuldades da restauração da cidade subjetiva. O modelo de desenvolvimento e de tecnologias tem produzido a cidade na distopia como lugar de pouca ou nenhuma sustentabilidade, em que prevalece a lógica especulativa de mercado. Neste contexto, o sujeito perde a relação com o espaço e compreende a cidade apenas como instrumento para locomoção, moradia, trabalho e formas de consumo, portanto, destituído completamente de elementos reflexivos com o lugar. A metodologia utilizada neste ensaio encontra-se no campo da teoria crítica, tomando como aporte teórico a Filosofia da Educação, como forma de interpretar os processos formativos. A nossa conclusão se refere diretamente em apresentar a nossa dificuldade em realizar a ruptura desse modelo de cidade instrumental, que segmenta a relação do sujeito com o espaço da cidade.
Palavras-chave: Subjetividade. Cidade. Natureza.

SUBJECT AND CITY: notes on the restoration of the subjective city

Abstract
The aim of this essay seeks to debate the contemporary concept of subjectivity, based on Felix Guattari (2000), who highlights the difficulties of restoring the subjective city. The model of development and technologies has produced the city in dystopia as a place of little or no sustainability, in which the speculative logic of the market prevails. In this context, the subject loses the relationship with space and understands the city only as an instrument for locomotion, housing, work and forms of consumption, therefore, completely devoid of reflective elements with the place. The methodology used in this essay is in the field of critical theory, taking as theoretical support the Philosophy of Education, as a way of interpreting the training processes. Our conclusion is directly related to presenting our difficulty in breaking this instrumental city model, which segments the subject's relationship with the city's space.
Keywords: Subjectivity. City. Nature.

Introdução – o impossível na realização da cidade subjetiva na interação do sujeito com o lugar

*Agradecimento aos alunos do curso Cidade, Corpo e Tecnologias do segundo semestre de 2023 da Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.

Para iniciarmos a nossa análise sobre "Sujeito e cidade: apontamentos sobre a restauração da cidade subjetiva", temos como pressuposto básico o pensamento de Felix Guattari (2000), o qual indica a nossa dificuldade relacional com o espaço em que vivemos, principalmente, pensar a cidade em que possa ocorrer a plena interação do sujeito com o lugar. Essa perda de relação do sujeito com o lugar se apresenta, principalmente, em práticas não sustentáveis, em que o concreto e o asfalto são paradigmas para se construir e habitar as cidades. Esses elementos materiais construtivos são predominantes e não interagem diretamente com a natureza, pois se apresentam impermeáveis à água e, portanto, produzem danos ao ecossistema.

Esses materiais não orgânicos e outros demais possuem toxidades, e constituem numa plena forma de distorção ao ambiente, tornando o espaço completamente incompatível para a diversidade de espécies de vida. Apesar dessa situação, podemos encontrar o esforço tecnológico em construir e habitar a partir de formas sustentáveis, como, por exemplo, trocar o concreto por "casas de barro" que podem indicar plenamente o uso sustentável de matérias para construção (Marasciulo, 2021). Podemos, também, encontrar a proposta alternativa na utilização de "asfalto ecológico", que tem maior durabilidade e utiliza material reciclável em sua produção (Sem Autor, 2021b). Essas iniciativas se apresentam como tendência de pensar criticamente o modo como construímos e habitamos as cidades, mas o resultado geral ainda seria a produção de cidades não sustentáveis, em que os sujeitos não conseguem se identificar com o espaço e isso se apresenta na produção de subjetividades, em termos de ausência de reconhecimento da preservação ambiental. Assim, esclarecemos que vivemos nas cidades numa forma alienante em ser sujeito, prevalecendo a perda de sensibilidade, principalmente, em importar-se com tantos outros seres vivos que vivem no planeta.

Neste contexto, tendo como ponto de discussão a epígrafe do texto acima, podemos identificar, na modernidade, a grande dificuldade de compreender o lugar em que vivemos na perspectiva do pertencimento, pois "O ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado" (Guatari, 2000, p. 169).

Essa condição contraditória de estar presente, mas sem o lugar, passa a constituir um estilo de vida que não se relaciona com o espaço em que vive. Podemos dizer, que isso é algo que produzem cidades em que os sujeitos estão completamente destituídos de relação com o lugar e, primordialmente, com a natureza. Portanto, o objetivo deste ensaio tem como ponto principal colocar em debate as dificuldades em realizar a construção da restauração da cidade

subjetiva, em plena interação do sujeito com a natureza. Trata-se compreender que o conceito de subjetividade difere da individualidade uma vez que:

> [...] a subjetividade enquanto processo de constituição do psiquismo possibilita ao homem apropriar-se das produções da humanidade (universalidade), a partir de determinadas condições de vida (particularidade), que constituem indivíduos únicos (singularidades), mesmo quando compartilham a mesma particularidade (Silva, 2009, p. 174).

Podemos dizer que, na modernidade, temos a "a mesma particularidade" (Silva, 2009, p. 174) na hegemonia da perda de identidade com o lugar em que se vive, "O nomadismo selvagem da desterritorialização contemporânea demanda então, a meu ver, uma apreensão transversalista da subjetividade" (Guatari, 2000, p. 177).

Neste modo de viver sem o lugar de pertencimento passamos a nos constituir como sujeitos destituídos da compreensão, numa forma alienante, perante aos espaços das cidades, pois estamos presentes sem estar vinculado com o lugar, e isso condiz com a condição de que somos aqueles que "[...] surgiram sem saber por que e desaparecerão do mesmo modo!". (Guatari, 2000, p. 169).

Torna-se evidente que nas grandes cidades perdemos por completo as formas e os conteúdos urbanísticos que tornam plena a condição relacional do sujeito com a cidade. Essa perda relacional do sujeito com espaço da cidade ocorre na perda das possibilidades em se identificar o lugar como forma de pertencimento. Aliás, não temos mais o nosso lugar que possa prevalecer como forma de construção de identidade, pois os espaços são transformados e reconstruídos a todo o momento. Essa condição anula a possibilidade de existir a identificação como marca do nosso lugar ou no mais íntimo, o meu lugar. Talvez o único lugar que possa existir como forma de identidade do sujeito seria o próprio corpo, mas isso também se perde, uma vez que esse lugar de ser corpo também se apresenta em alteração, mais propriamente, em plena degeneração, com o passar dos anos. O corpo como lugar de pertencimento se encontra com o passar dos anos destituídos das marcas do reconhecimento de si mesmo. Diante disso, podemos dizer que, em termos de ponto de referência, em ser sujeito "[...] não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais. A subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado" (Guatari, 2000, p. 169).

A modernidade seria o lugar em que o sujeito fica perdido no vazio em que se perde as referências da identidade, pois afinal o que somos num lugar em que prevalece a mercadoria como elemento que sobrepõe o sujeito.

Essa forma em que se perde a identidade numa existência de sujeito associado a mercadoria torna ponto fundamental para se pensar as cidades numa dinâmica, que possui certa plasticidade, em que devemos estar críticos no sentido de estabelecer a relação entre cidade e natureza numa harmonia de equilíbrio ambiental. Diante desse fato, a nossa pergunta central é: como construirmos uma identidade satisfatória na relação dos sujeitos com os espaços das cidades, em termos de subjetividade?

Compreendemos que em parte a resposta a essa pergunta seria a instauração de processos formativos em que o sujeito possa realizar a experiência de pertencimento ao lugar em que se vive, principalmente, em pleno respeito ao ecossistema.

Um simples olhar para as cidades torna-se possível observar que prevalece a hegemonia das formas de anulação da experiência de vida em que se evita o relacionamento com o lugar e com todas as demais espécies de vida. Isso permite compreender a hegemonia no uso instrumental de si mesmo, que se expressa também no uso instrumental do lugar em que se vive. Portanto, essa forma de não pertencimento invade, inclusive, o pensamento, em que se apresenta o distanciamento com a ação prática no modo de viver. Isso tem como resultado a prática cega, em que ocorre a falta de unidade entre teoria e prática. Assim sendo, essa separação do pensamento com a ação, na separação entre teoria e prática, seria, também, a matriz epistemológica do problema em questão da separação entre o sujeito e o lugar da cidade.

A forma de não pertencimento se manifesta também em diversos modos da vida instrumental e digamos que, a mais agravante, seriam as formas de alienação, em que se esvazia por completo a subjetividade na produção de sujeitos uniformes no modo de ser e pensar. Isso coloca em evidência que a perda das formas de relação do sujeito com o lugar seria, também, a perda de reconhecimento deste com o outro e com toda a natureza. Ressaltamos, ainda, que a segmentação do mundo de representação das coisas e o modo de fazer se apresentam em todas as demais circunstâncias, como, por exemplo, corpo e alma; natureza e cultura, enfim, na dualidade entre o pensar e o fazer, que servem de base para constituir uma concepção de mundo e ciência, que se apresenta na razão instrumental, que, em última instância, se apresenta na reificação da técnica instrumental.

A reificação da técnica instrumental faz parte do mundo em que o modo de compreender as coisas gira no entorno da concepção mecanicista numa relação de causa e efeito. Entretanto, poucos se responsabilizam pelas causas e, principalmente, pelos efeitos danosos dessas ações no ambiente em que se vive. Quando ocorre alguma tragédia ambiental à análise dessas ações são ponderadas a partir da ciência disciplinar, que recorta por completo o objeto da interação com a natureza, em que, se apresenta tendo como referência uma ciência exata, como por exemplo, a terceira lei de Newton, "A toda ação que um corpo exerce sobre um segundo corpo, corresponde uma reação do segundo sobre o primeiro de mesma intensidade e sentido oposto" (Antunes; Galhardi; Hernaski, 2018, p. e3311-2). Isso constitui o paradigma de toda a nossa ciência moderna e que muito se explica, mas pouco se compreende sobre as interações do sujeito com a natureza. Deste modo, a dimensão da causa e os seus efeitos são limitados por um reducionismo em que a vida no planeta não contempla toda sua diversidade de espécies de vida. Compreendemos que diante desse fato o planejamento para a construção das cidades torna-se irrelevante perante as necessidades de relação com a natureza e, quando existe, não leva em consideração a diversidade de espécies de animais. Aliás, as demais espécies de vida não fazem parte da preocupação no modo de ocupar as cidades, apesar de toda legislação ambiental, que determina formas estabelecidas para a ocupação dos espaços no interior das cidades, em que:

> Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (Brasil, 2021a)

Apesar da intencionalidade da lei, na prática ocorre disjunção entre as cidades e a natureza. Isso se apresenta como sendo a nossa questão, pois estamos perante uma proposição que se apresenta como utopia na lei, forma de compreender as possibilidades de aproximação e a distopia na realidade na constatação da distância real que se estabelece como modo de construir as cidades. Para a primeira proposição na forma da lei, as intenções de junção se apresentam na utopia daquilo que se encontra fora de contexto e completamente irrealizável, uma vez que, em última instância, isso requer outro modo de construir e habitar. A segunda proposição indica que, na prática encontra-se instituída, de fato, a separação entre cidade e natureza. Isso se apresenta na distopia, que coloca em evidência o lucro como modo de organizar o construir e habitar, que tenha como resultado o lugar do sujeito sem o pertencimento. Essa condição de não pertencimento pode produzir a alienação daqueles que

se tornam insensíveis perante o sofrimento dos efeitos causados ao meio ambiente. Essa condição de ação destrutiva do ambiente pode estar numa forma consciente, em que os objetivos financeiros prevalecem em práticas poluentes, uma vez que a manutenção do ecossistema requer um custo operacional elevado no uso de filtros de poluentes e descartes corretos de resíduos sólidos e líquidos.

Contudo, temos que pontuar que existe o cinismo daqueles que sabem sobre as formas de preservação ambiental, mas preferem o caminho da destruição e da contaminação do ambiente, em suas atividades cotidianas, como resultado da atividade produtiva. Isso pode ocorrer em descartes incorretos de resíduos sólidos e líquidos, até o simples papel de bala que é jogado no chão. Isso permite transparecer o cinismo como modo do sujeito existir de não relacionar o espaço público como lugar de pertencimento e, portanto, como lugar que deve ser cuidado e amplamente preservado por todos que ali se encontram plenamente presentes.

A cidade entre utopia e distopia: o impossível na restauração da cidade subjetiva

Para os moradores de algumas cidades, as relações do sujeito com o lugar apresentam algumas características específicas que podem reduzir as possibilidades de relacionar o sujeito com o lugar. Quando se pensa nesta relação do sujeito com o lugar, em grande parte, se pensa nas relações do sujeito com a natureza. Aqui, a imagem que pode se apresentar seria algum parque distante, com conjunto de árvores. Entretanto, pouco se pensa sobre a natureza como algo que também se encontra presente ao redor do sujeito, na cidade em que vive, entre as diversas moradias. Essa condição de relacionar o lugar de viver do sujeito com a questão ambiental poderia ser algo que ajudasse a reduzir ou romper a compreensão da cidade como instrumento de uso. Portanto, o sujeito, ao implicar-se com seu lugar de viver na cidade, seria algo em contraposição de cidades que se apresentam apenas como lugares para se locomover, dormir ou trabalhar que se pauta, em grande parte, na necessidade. Isso acaba caracterizando que o espaço da cidade não se constitui como um lugar próprio de relacionar com o modo de vida do sujeito, mas apenas um lugar de passagem e, muitas vezes, não permite em pensar naquilo que se vê. Isso, em última instância, coloca em evidência que vivemos em lugares em que não compreendemos. Essa alienação do sujeito é algo que se apresenta como forma constituída de pensar o mundo que possui toda uma complexidade, pois mesmo querendo compreender aquilo que se vê: "[...] não adianta dizer o que se vê; o que se vê não habita jamais o que se diz" (DELEUZE & GUATTARI, 2014, p.

107). No caso desse sujeito sem lugar, para se pensar o que se vê, é alguém com pressa e que se apresenta como alguém que apresenta como aquele que não é para estar no lugar que se encontra.

Todavia, para alguns sujeitos, o próprio lugar é algo para não estar na própria cidade e que pode apresentar como forma do pleno sofrimento psíquico. Isso pode ocorrer em diversos lugares, em que o olhar para a cidade pode identificar o pleno descordo com a vida na relação com a natureza. Essa discordância com a natureza se encontra, por exemplo, em algumas cidades do Estado de Minas Gerais em que ocorre o processo da extração de mineração, em que o resíduo é acumulado como material de rejeito, em barragens próximo do entorno da cidade. Como medida de segurança, foram instaladas sirenes, para em caso de rompimento da barragem tocar o alarme, para a população local buscar rotas de fuga. Portanto, para o teste das sirenes é tocada música clássica, todo dia quatro do mês, exatamente às 10 horas da manhã, em que a empresa informa:

> [...] que no próximo dia 04 de março, às 10hs, haverá teste do sistema de sirenes, das barragens de mineração [...]. Por se tratar de um teste, as pessoas que ouvirem o som não precisarão se deslocar para os pontos de encontro ou paralisar suas atividades. O objetivo dos testes é verificar o funcionamento dos equipamentos e a abrangência do som, assegurando a efetividade do sistema em caso de emergência (Sem Autor, 2021c).

As diversas torres instaladas, ao tocarem música clássica, para o teste em caso de ruptura da barragem de rejeito, me fazem pensar no ditado popular que diz “quem canta seus males espanta”. Entretanto, para algumas cidades, o som da música clássica é algo que permite atrair lembranças dos males, como no caso de rompimento de barragem, já ocorrido em algumas cidades de Minas Gerais (Sem Autor, 2021a). Temos algo de relevante nessa modalidade de prevenção do teste das sirenes que se repetem todo dia quatro do mês, que seria a impossibilidade do esquecimento de algo que se busca evitar em pensar, referente à possibilidade de rompimento de barragem de rejeito.

Compreendemos que o lugar de viver nas cidades pode produzir alguns efeitos subjetivos (Guattari, 2020), em que o sujeito deveria recuperar completamente a forma de interação com a natureza. Entretanto, como isso se torna possível se, principalmente, em tempos de pandemia, se confina entre quatro paredes e impede a reflexão crítica do que seria viver numa cidade?

Os encontros com o outro, em tempos de pandemia, via sistema remoto, nas plataformas, apresentam um sujeito que fala para uma tela de computador, que se apresenta

como o espelho de si, em que sua imagem se encontra presente entre os participantes. Caberia dizermos que se fala para as paredes ou para o espelho de si mesmo? Podemos dizer isso de outro modo, ao perguntarmos para quem falamos nas redes sociais? Acreditamos que a noção de estar com o outro na cidade passou por uma revolução, com o surgimento da *internet,* em que estamos num lugar em que não estamos. Ficamos conectados em algo que não conecta ou, em última instância, fazemos amizades que não existem, pois tudo se resume a predisposição de projetar no outro o nosso modo de pensar e, portanto, seria estar com o outro de si mesmo.

Pensamos que se prevalece na vida das cidades a perda da condição da discórdia, em que a longa conversa seria o melhor caminho para aqueles que sentem o prazer do diálogo. No mundo cibernético, as mensagens são cópias de cópias e pouco se sabe de sua autoria. São verdades fantasiosas que se produzem na repetição de mentiras, no conjunto daquilo que popularmente se denominou como sendo as *fake news,* que chegaram, inclusive, como processo judicial no Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2021b). Em última instância, o não estar no lugar também se apresenta em não estar em termos de pensamento crítico perante a dinâmica da realidade.

O não estar na cidade e o recuo perante as condições objetivas para restauração da subjetividade

Partimos da hipótese de que as cidades são construídas com poucas condições objetivas para se restabelecer uma atividade relacional entre o sujeito e a natureza. Essa interação entre cidade e natureza poderia se caracterizar na utopia em proposições arquitetônicas e urbanísticas, que poderia permitir a sustentabilidade no ecossistema modificado pela presença dos sujeitos. Entretanto, a partir desta hipótese de trabalho, podemos identificar o paradoxo, pois em alguns espaços podemos identificar, nas cidades, as poucas condições objetivas para restaurar as subjetividades. A questão se torna complexa quando existe alguma possibilidade de alterar as formas de construir as cidades isso não se avança e os projetos alternativos são completamente abandonadas. Talvez aqui possa prevalecer a tese de Adorno (1995), em que aposta que a mudança possa ocorrer na possibilidade de humanizar o homem pela educação, na formação de uma auto-reflexão crítica para se evitar a barbárie. Ou seja, para ele:

> [...] hoje em dia é extremamente limitada a possibilidade de mudar os pressupostos objetivos, isto é, sociais e políticos que geram tais acontecimentos, as tentativas de

> se contrapor à repetição de Auschwitz são impelidas necessariamente para o lado subjetivo" (Adorno, 1995, p. 121).

Apesar do esforço educacional para a formação do sujeito participativo em termos de cidadania o recuo perante as condições objetivas para a restauração da subjetividade prevalece e isso é algo que nos chama a atenção, pois tudo indica que prevalece a hegemonia de outra subjetividade, a qual impõe a condição do sujeito alienado perante o espaço em que vive. Neste contexto, digamos que a restauração da subjetividade interativa do sujeito, que vive numa cidade integrada com a natureza, trata-se de algo complexo. Entretanto, como podemos compreender que em alguns lugares existem as condições objetivas para a vida relacional na cidade, mas os sujeitos que ali se encontram presentes não avançam nessa interação? Essa dificuldade poderia ser resolvida se formos capazes de romper com a forma instrumental de pensar o mundo em as máquinas dominam a relação do homem com a natureza e isso:

> [...] se apresenta de certo modo invertido, já que o instrumento não está mais em posição intermediária e, portanto, não desempenha mais uma função de mediação. É precisamente essa função de mediação que é despejada sobre o operário. Ou seja, a máquina, ou um sistema automático de máquinas, é o ponto de partida, o lado ativo do processo da relação (Napoleoni, 1981, p. 88).

Para compreender essa questão da máquina até as últimas instâncias devemos levar em consideração que, em outra concepção de mundo e de ciência podem se produzirem outras máquinas e cidades, portanto,

> [...] com a máquina, realiza-se até o fim o processo da subsunção real do trabalho ao capital, precisamente no sentido (como vimos) de que tal subsunção se manifesta no terreno material do processo de trabalho, então é claro que o próprio corpo do instrumento, sua própria estrutura material, tem a marca dessa subordinação do trabalho; portanto, uma máquina não utilizada de modo capitalista deveria ser uma máquina diversa da que é utilizada de modo capitalista (Napoleoni, 1981, p. 95).

Digamos que algo no campo da subjetividade precisa ser alterado, para que se possa efetivamente se alterarem, também, as relações com espaço da cidade. Para tentar responder esse questionamento, colocamos abaixo fotos que representam a proposta urbanística do quintal coletivo, entre diversas moradias. Essa proposta trata-se de compreender a vida em cidade, como algo coletivo entre aqueles que constroem e habitam as cidades. Todas as casas da referida proposta de cidade têm limite com uma área pública e, portanto, todos poderiam

fazer ali um espaço coletivo de interação. No entanto, como verdadeiro paradoxo, a opção foi o fechamento dos espaços coletivos, com muros.

Figura 01



Fonte: O autor.

Figura 02 -



Fonte: O autor.

Fica em evidência que a subjetividade predominante se apresenta na condição de alienar o sujeito perante o espaço e isso prevalece como forma de organizar suas atividades de viver nas cidades. Isso anula por completo qualquer alteração possível, mesmo que se tenham as condições objetivas para sua realização, como no caso do quintal coletivo. Torna-se importante destacar que a não ocupação do espaço pela coletividade local se apresenta como estado de regressão, em que o individualismo prevalece como estilo de vida nas cidades. Digamos que, nas cidades destituídas de relação com a natureza, vivemos juntos, mas completamente separados e que, em última instância, se caracteriza nas formas de distopias na

vida em cidades. Essa perda da vida coletiva se impõe como estilo de vida, em que cada espaço da cidade se apresenta segmentado, em que se torna impossível retomar o conceito de ecossistema e em que todos os espaços estão plenamente relacionados, constituindo o equilíbrio do meio ambiente.

Conclusão – a restauração da subjetividade e outros modos de pensar as relações entre cidade e natureza

Compreendemos, que o ponto principal deste ensaio seja colocar em debate as diversas dificuldades para se pensar e, principalmente, fazer outros modos de cidades, que possa romper com a distopia de lugares de pouca ou nenhuma sustentabilidade.

Entretanto, retomamos a questão do que se pode dizer sobre morar num lugar em que, todo dia quatro do mês, às 10 horas da manhã, toca música clássica, para o teste de sirenes, para o caso de rompimento de barragem? Partir do pressuposto de que o teste das sirenes apresenta dois modos interpretativos, ou seja, de um lado, indica a presença das normas de segurança em protocolos para se evitar a tragédia no caso de rompimento da barragem de rejeito e, por outro lado, também indica o modelo de desenvolvimento que coloca em risco calculado a vida de todos os habitantes e outras demais espécies de vida.

Partimos do pressuposto de que podemos constituir outros modos de pensar as relações entre sujeito e cidade, a partir do esforço da crítica ao modo de vida instrumental que se impõem no estilo de vida nas cidades. Isso pode ser o primeiro passo para a restauração da subjetividade, que demanda uma alteração no consenso estabelecido pela hegemonia das formas dominantes, as quais impõem e se apresentam incorporadas em cada sujeito, em diversas práticas sociais. Portanto, o trabalho da crítica deve se ampliar e, também, colocar em evidência o modo de vida daqueles que, por algum motivo, se consideram fora das formas ideológicas dominantes. Contudo, o ponto mais preocupante é aquele em que se pauta no cinismo, pois sabem que não devem poluir ou destruir o ambiente, mas ainda favorecem práticas não sustentáveis no modo de vida das cidades. A crítica dessa situação pode se constituir numa oportunidade de produção de espaços, em que os sujeitos possam efetivamente estabelecer uma condição relacional com a cidade e a natureza. Dessa forma, compreendemos outra concepção de mundo e isso se torna de fundamental importância para a construção de outra concepção de ciência; outras máquinas e, por fim, possivelmente outras cidades relacionais com a natureza.

A cidade, como lugar de existência do sujeito, pode se apresentar como espaço da experiência de vida, em que se tem a oportunidade de reconstruir os modos de representação de si mesmo perante a natureza. Digamos que, em última instância, devemos ampliar a crítica no sentido de desconstrução dos modos de fazer referente como vivemos nas cidades, no sentido de construir outros modos de vida na cidade, mais propriamente, trabalhar no sentido da restauração da cidade subjetiva. Isso consiste o objetivo deste ensaio que seria colocar em discussão o quanto é necessário analisarmos o espaço em que vivemos no sentido de apresentar a nossa dificuldade em realizar a ruptura desse modelo de cidade instrumental, que segmenta a relação do sujeito com o espaço da cidade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Camila A., GALHARDI, Vinícius B. e HERNASKI, Carlos A. As leis de Newton e a estrutura Espaço-temporal da Mecânica Clássica. **Revista Brasileira de Ensino de Física** [online]. 2018, v. 40, n. 3 [Acessado 27 Setembro 2021], e3311. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2018-0003>.

BRASIL. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm Acesso em 06 out. 2021a.

BRASIL. Plenário conclui julgamento sobre validade do inquérito sobre fake news e ataques ao STF. In: **Notícias** *STF*. Disponível em: < http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=445860&ori=1 > Acessado em 10 out. 2021b.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Trad. Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 2014.

FERNANDES, Vilmara. Cinco anos após lama, rio e mar ainda sofrem com contaminação, diz estudo. In: **A Gazeta.** Disponível em: < https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/cinco-anos-apos-lama-rio-e-mar-ainda-sofrem-com-contaminacao-diz-estudo-1120 > Acessado em: 06 out. 2021.

GUATTARI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. In: _____. **Caosmose.** São Paulo: Ed. 34, 2000.

MARASCIULO, Marília. Casa de barro, para eles, não é coisa de hippie. Bioarquitetura é o negócio da Adamá. In: **Negócios Sociais.** Disponível em: https://www.projetodraft.com/casa-de-barro-para-eles-nao-e-coisa-de-hippie-bioarquitetura-e-o-negocio-da-adama/ Acessado em 07 out. 2021

NAPOLEONI, Claudio. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Flávia Gonçalves da. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. In: **Revista Psicologia. da Educação**, São Paulo, 28, 1º sem. de 2009.

SEM AUTOR. Prefeituras de 39 cidades atingidas pela lama se reúnem em Mariana. In: **Hoje em Dia.** Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/prefeituras-de-39-cidades-atingidas-pela-lama-se-re%C3%BAnem-em-mariana-1.345231 Acessado em: 28 set. 2021a.

SEM AUTOR. As vantagens do asfalto ecológico. In: **Pensamento Verde**. Disponível em: https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/as-vantagens-do-asfalto-ecologico/ Disponível em: 07 out. 2021b.

SEM AUTOR. Teste do sistema de sirenes das Barragens do Complexo Itabira começa dia 4 de março. In: **Vale**. Disponível em: http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/teste-do-sistema-de-sirenes-das-barragens-do-complexo-itabira-comeca-dia-4-de-marco.aspx Acessado em: 06 out. 2021c.